

Perfil socioeconômico dos legisladores subnacionais: O que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

Subnational legislator's socioeconomic profile: what changes did the reelection bring to the latest Espírito Santo state's House of Deputies terms

Luana Puppim Pratti¹
Karina Melo Pessine²
Mauro Macedo Campos³

Resumo: Este artigo tem por finalidade averiguar as mudanças no perfil social e econômico dos Deputados Estaduais eleitos para Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES). O propósito aqui é buscar as identificar as possíveis alterações ocorridas na passagem nas duas últimas legislaturas (2011-2014 e 2015-2018) e, deste modo, verificar o índice de renovação parlamentar.

1 Doutoranda em Sociologia Política da Universidade Federal do Norte Fluminense; Professora de Sociologia do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); Pesquisadora Assistente em Projeto de Pesquisa sobre elites políticas. Contato: luacso@gmail.com

2 Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense; Professora de disciplinas do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Cachoeira de Itapemirim (FDCI). Contato: karinapessine@gmail.com

3 Professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal do Norte Fluminense (UENF); Doutor em Ciência Política pelo DCP/UFMG. Contato: maurocampos@yahoo.com.br

*Os autores agradecem a cooperação das alunas de graduação Bruna Victória Bindaco e Ule Estefano Pim durante a etapa de coleta de dados para a formulação deste artigo.

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppim Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89

Para alcançar esta proposta elencamos algumas variáveis para examinar o perfil dos representantes, tais como: sexo, idade, partido pelo qual foi eleito, profissão, patrimônio e escolaridade. Os dados biográficos dos Deputados Estaduais foram coletados e inseridos no SPSS oferecendo, dessa maneira, condições para examinar as configurações dos representantes do poder legislativo. A análise é embasada teoricamente por autores e conceitos que discutem questões acerca das elites políticas.

Palavras-chave: Legislativo Subnacional; Deputados Estaduais; Elites Políticas; Perfil Social e Econômico.

Abstract: This paper goal's to investigate the Espirito Santo state elected House of Deputies congressists social and economic profile changes. The goal heres's to find and identify the possible changes occurred in the last two legislative terms (2011-2014 and 2015-2018). Thus, to verifiry the parliamentary renovation index. To attain this proposal we list some variables to examine the representative's profile, like: gender, age, party by wich it was elected, profession, patrimony and shoolling degree. State deputie's biographic data was collected and input into SPSS offering, this way, conditions to examine legislative representative's arrangement. The analysis is grounded teorically by authors and concepts which discusses the representation, the elites and the political instiutions.

Keywords: Subnational Legislator; State Deputies; Political Elites; Social and Economical Profile.

1. Introdução

A proposta desse artigo é analisar quais as mudanças que ocorreram no perfil social e econômico dos representantes do poder legislativo estadual do Espírito Santo na transição da 17^a e 18^a legislaturas (2011-2014 e 2015-2018).

Além de verificar as condicionantes relativas às características pessoais dos deputados, foi observado sua experiência na atividade política, avaliando a capacidade de reeleição dos representantes no período e consequentemente manutenção do cargo, além da vinculação partidária dos deputados.

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppin Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89

O estudo de elites políticas tem se estabelecido como viés analítico importante na ciência política. A análise deste grupo nos permite captar aspectos da democracia, da governabilidade e das instituições políticas. Sendo assim, nesse artigo, especificamos as categorias de análises de pesquisas sobre a elite política estadual a de Bertholini et al (2012) e Dufloth et al (2013), da mesma maneira tentamos particularizar um pouco mais informações sobre os representantes do Poder Legislativo do Espírito Santo.

Para compreender a dinâmica dos representantes eleitos para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), sua capacidade de se manter no poder e as características sociais e econômicas que auxiliam no desenvolvimento da atividade política, será necessário retomar algumas definições e conceitos teóricos. Para tanto, nos valeremos de conceitos já bastante explorados pela literatura, como o de elites políticas. Utilizaremos principalmente as categorias analíticas de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels.

A viabilização do trabalho se deu com a investigação das características pessoais de cada representante. Para tal definiu-se sete aspectos a serem avaliados: sexo, idade, partido⁴, profissão, patrimônio, escolaridade e capacidade de reeleição. Nesta observação, nos cabe mapear e identificar possíveis clivagens entre as características dos representantes eleitos nas 17^a e 18^a legislaturas.

As variáveis selecionadas formaram um banco de dados por meio do qual fosse possível verificar padrões – ou não – relacionados a qualidades dos representantes.

Deve-se chamar a atenção para um aspecto a ser analisado neste artigo, que é a capacidade de manutenção no poder entre os deputados estaduais. Em

⁴ Será levado em consideração o partido pelo qual o Deputado foi eleito, eliminando qualquer possível troca de filiação partidária no momento da posse ou no decorrer da legislatura.

outras palavras, tentaremos identificar quais são os deputados estaduais, que concorrendo à reeleição, conseguiram manter-se o cargo e quais não, impedindo assim que fosse estabelecida uma carreira no sentido do *seniority*.

Ponderamos ainda que outros pontos importantes para o estudo da classe política estadual não serão contemplados, neste artigo, tais como: os tipos de carreira desenvolvidas pelos deputados, os cargos ocupados e a trajetória política dos mesmos.

Para abordar a questão proposta o trabalho será dividido em duas partes, além da introdução e conclusão. A primeira será uma retomada teórica sobre os debates conceituais que tratam do tema das elites políticas e das instituições democráticas. A segunda consiste na análise dos dados sobre o perfil político, econômico e social dos legisladores, na tentativa de identificar variações nos dois períodos. Esse último aspecto, procura, na verdade, avaliar se o processo eleitoral tem possibilitado a diversificação do perfil e a entrada de novos atores no cenário político-institucional. A porosidade nessa esfera, permite pensar em dois sentidos principais: a diversificação das demandas e dos indivíduos representados; e a circulação das elites no espaço legislativo subnacional. Assim, vamos procurar observar quem continua no cargo e quem é alijado dele.

2. Elitismo como conceito e método de análise dos grupos inseridos nas esferas do poder

Nesta seção retomaremos alguns conceitos essenciais para o entendimento da teoria das elites, bem como revisaremos os métodos utilizados pelos teóricos elitistas para o conhecimento dessa classe política. A discussão busca destacar quais conteúdos dessa teoria são importantes para a análise proposta neste artigo. Optamos, como já ressaltado, por tratar as tendências

conceituais ponderadas pelos autores do elitismo clássico: Mosca, Pareto e Michels⁵.

O precursor do estudo sobre elitismo é Gaetano Mosca. Sua proposta é estudar, por meio de critérios científicos rigorosos os princípios de organização da sociedade política. A observação do funcionamento da vida política deveria se basear em fatos empíricos, dessa maneira, a melhor maneira de se fazer tal estudo, para Mosca (1987), é adotando o método histórico de análise (Holanda, 2011; Perissinoto, 2009).

Ao voltar o olhar sobre os fatos históricos busca-se encontrar alguma regularidade relacionada à organização da sociedade. De fato, Mosca aponta um aspecto comum a todas as sociedades: o fato delas serem divididas em duas classes: a dos governantes⁶ e a dos governados.

Um dos pontos principais de sua teoria diz respeito a questão do exercício do poder: para ele o importante na esfera da política era a divisão entre a minoria que exercia o poder e a maioria submissa a esse poder. Essa minoria dominante, se distingue da maioria dominada principalmente por três fatores: riqueza; “lugar de nascimento”; e mérito (qualidades individuais).

A classe política ou dirigente seria composta, portanto, de uma minoria organizada que desfruta de recursos de poder e os utiliza em benefício próprio, além de controlar recursos sociais apropriados para influenciar nas decisões políticas (Mosca, 1987; Perissinoto, 2009; Holanda, 2011; Grynszpan, 1999; Pratti, 2013).

É importante salientar que Mosca aponta para a questão do acesso à classe política. Mesmo nas democracias, não são todos os cidadãos capacitados a

⁵ Ressaltamos que nesse texto não iremos discutir as posições ideológicas, políticas e/ou partidárias dos autores, nem as experiências pessoais, ainda que estas tenham influenciado sua produção intelectual. Para uma leitura sobre esse aspecto recomendamos verificar Holanda (2011) e Grynszpan (1999) Não consta nas Referências.

⁶ Mosca definia como governantes a *classe política* ou *classe dirigente*. Usaremos, quando convir esses termos para explicitar o grupo político que exerce o poder através de instituições políticas.

exercer o poder. O acesso à classe política é restrito e a manutenção do poder requer determinadas habilidades. Uma classe dirigente acessa o poder caso possua essas habilidades, da mesma forma que declinam se essas habilidades perdem importância no ambiente social e político em que se expressam.

O que deve se enfatizar nesse ponto é a ascensão e declínio das elites políticas na esfera do poder e como isto se relaciona com a proposta deste artigo, qual seja, averiguar se houve mudanças nas características dos deputados estaduais do Estado do Espírito Santo, entre uma legislatura e outra. A capacidade de reeleição também nos indica se esses atores conseguem ou não se manter no poder.

Deve-se destacar na discussão sobre elites políticas as ideias desenvolvidas por Pareto (1984; 1996). O autor inicia sua exposição pelo método de análise da sociedade que se aproximava do método das ciências naturais. O cientista que pretende investigar a sociedade deve ser imparcial em suas posições ideológicas. A ciência não busca, necessariamente, transformar a realidade, mas compreendê-la. O argumento central de sua análise para entender o funcionamento da sociedade é observar como se dá a circulação das elites políticas nas esferas de poder. É essa noção que permite averiguar a possibilidade de permanência ou renovação dos atores envolvidos na dinâmica política.

A elite para Pareto se definia pela capacidade de executar determinada atividade. Assim a elite – sobretudo a classe da elite política – era composta por indivíduos habilitados para conduzir o governo (Holanda, 2011; Perissinoto, 2009; Pratti, 2013; Grynszpan, 1999). O termo elite, aqui tem conotação para designar os melhores indivíduos para exercer determinada atividade, particularmente, a atividade política.

O destaque que daremos a obra de Pareto, neste artigo, é sobre a circulação das elites que o autor propõe. A sociedade seria dividida em dois

estratos, um superior e outro inferior. O primeiro seria constituído por membros da elite ou a classe eleita (Perissinoto, 2009). Essa classe superior é formada não apenas por membros que exercem atividades no governo, mas, também, por aqueles que possuem recursos (sociais, econômicos ou morais) capazes de interferir nas esferas da decisão e do poder político.

Dessa maneira a própria elite política possui uma divisão interna. O problema do exercício do poder é a restrição condicionada pela propriedade dos recursos: aqueles que os detém conseguem adentrar na elite política e manter o poder; os que não o possuem dificilmente adentrarão nessa classe. A elite política apenas se modifica quando ocorre a decadência do grupo que exerce o domínio político, seja por não conseguir mais angariar recursos para se manter nessa esfera, seja por meio da competição entre os grupos.

A última visão do elitismo clássico que abordaremos é a defendida por Michels (1982). O principal aspecto da obra de Michels é sua crítica a oligarquização partidária⁷, tendo em vista a concentração do poder partidário nas mãos de um grupo dirigente. Mesmo em entidades democráticas como os partidos, haveria uma burocratização das funções, favorecendo a ascensão de alguns indivíduos aos cargos de direção (Holanda, 2011).

Os dirigentes do partido formam uma oligarquia dominante, como expressão de uma minoria organizada. É a organização dessa minoria que possibilita a manutenção do poder e a capacidade de influenciar decisões. Um dos pontos observados pelo autor é a origem social dos dirigentes do partido, o que assinala quais são os grupos representados e interesses que podem ser defendidos.

Salientamos a questão do uso de termos diferentes para Mosca (1987) e Pareto (1984), por um lado, e Michels (1982) por outro. Enquanto os dois

⁷ O autor observa a oligarquização mesmo no partido socialista, ressaltando que mesmo onde existe o discurso democrático desenvolve-se uma minoria dominante.

primeiros utilizam a expressão *elites* para designar as minorias que exercem o poder, Michels emprega *oligarquia*. A diferença no termo não é só uma questão de nomenclatura, mas, também, de sentido explicativo do conceito. Oligarquia não se vincula somente a origem social dos membros, atributos e recursos – como no caso de elites – todavia, acaba por especificar uma minoria que exerce o poder e está vinculada a uma organização (partidária ou representativa).

As necessidades técnicas da organização exigem maior especialização das funções. Nas democracias - entendidas como autogoverno de massas - o poder é retirado das massas e concedido a especialistas (Perissinoto, 2009). É o que ocorre em sistemas eleitorais representativos como o brasileiro, no qual a massa delega as decisões políticas e a administração pública para indivíduos que competem por cargos eleitorais.

A existência de uma elite política não é incompatível com a democracia. Afinal a democracia não é entendida em sua acepção clássica como o governo de todos, mas como a possibilidade de todos – das massas – escolherem seus representantes. Neste sentido, de acordo com Schumpeter (1983), a democracia não é possível sem a presença de chefes políticos os quais deveriam representar a vontade do povo, organizar e dirigir o Estado.

Deste modo, nas democracias representativas, a manutenção do poder ou o desenvolvimento da carreira política não dependem exclusivamente dos atributos dos que compõem a elite política, mas também das condições institucionais do sistema político, da estrutura social e da capacidade das massas de tomarem decisões.

No caso da investigação proposta nesse artigo, ao observamos a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo como organização capaz de proporcionar a seus membros a especialização das funções (seja por via da reeleição ou do exercício de cargos internos) é possível verificar se há condições para a oligarquização desse grupo na ALES.

3. Elite política do Espírito Santo: convergências e divergências no perfil social e econômico dos deputados estaduais

Na seção anterior retomamos alguns conceitos para compreender melhor o que caracteriza a elite política, tendo como base autores clássicos da Ciência Política nesta temática. Já nesta seção, procuraremos identificar as principais características sociais e econômicas dos deputados estaduais eleitos no estado do Espírito Santo em 2010, correspondente ao início da 17ª legislatura, e em 2014, correspondente a 18ª legislatura.

O objetivo aqui foi verificar se houve mudanças no perfil dos representantes legislativo capixaba. Outro aspecto observado diz respeito sobre a dimensão das carreiras políticas desses deputados. Ainda, averiguamos a composição partidária dentro da instituição.

A primeira variável a ser analisada está relacionada com a representação conforme o sexo, como se observa na tabela 1:

Tabela 1 - Representação na ALES de acordo com o sexo

Sexo	17ª Legislatura (2011-2014)		18ª legislatura (2015-2018)		N Total
	N	%	N	%	
Mulheres	4	13,3	4	13,3	8
Homens	26	86,7	26	86,7	52
Total	30	100	30	100	60

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

No estado do Espírito Santo, de acordo com o IBGE (2010), o total da população composta por mulheres é maior do que a de homens, ainda que a diferença seja mínima. O que a tabela 1 nos indica é a subrepresentação da população feminina no cargo eletivo analisado. Mesmo como mecanismos que possam auxiliar no desempenho de mulheres para angariar cargos de

representação política, por exemplo, a lei eleitoral que reserva 30% das candidaturas dos partidos para mulheres, o número de deputadas eleitas ainda é inferior ao previsto nessa legislação. A subrepresentação feminina na ALES é mais ressaltada quando comparada com a população feminina do estado.

Ao contrário, pode-se dizer que existe uma sobrerrepresentação de homens no poder legislativo estadual, quando comparados ao total de cadeiras disponíveis, bem como se comparado ao percentual de homens na população do Espírito Santo.

Em pesquisa sobre o perfil dos representantes eleitos para as Assembleias Legislativas no Brasil entre 1998 e 2010, Dufloth et al (2013) apontam que em 2010 somente 13,02% dos representantes eleitos para as casas legislativas estaduais são constituídos por mulheres e 86,98% por homens, o que se aproxima bastante do quantitativo encontrado para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Os autores salientam que:

Pesquisas e dados referentes à participação da mulher na política, não apenas brasileira, mas de uma maneira geral, mostram que as mulheres continuam a ser sub-representadas nos parlamentos e órgãos legislativos, demonstrando uma desigualdade no campo político que também é reflexo de uma desigualdade no campo social e econômico (Dufloth *et al*, 2013, p. 8).

A seguir apresentaremos dois quadros com informações sobre a média de idade dos deputados eleitos, para as duas legislaturas estudadas. Para Dufloth et al (2013) averiguar a idade dos representantes pode permitir a percepção sobre a experiência de vida dos deputados. A ideia é de que com o avanço da idade seriam acumuladas experiências capazes de auxiliar na atividade política. Deve-se ressaltar que a lei eleitoral brasileira prevê a idade mínima para concorrer ao cargo de deputado estadual de 21 anos. Assim temos para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo:

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppin Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89

Quadro 1 - 17ª (2011-2014) Legislatura da ALES – Média de Idade

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Idade	30	32	78	1.496	49,87	12,599
N válido (de lista)	30					

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Quadro 2 - 18ª (2015-2018) Legislatura da ALES – Média de Idade

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Idade	30	28	77	1.549	51,63	11,772
N válido (de lista)	30					

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Verificou-se pouca diferença na média geral de idade dos parlamentares entre uma e outra legislatura. Na 18ª, apesar dos dois extremos de idade serem menores, a somatória da idade dos deputados eleitos é maior do que na 17ª, o que uma Assembleia com um perfil de legisladores um pouco mais velho. A idade média na última legislatura analisada também é um pouco maior, sendo a média acima dos 50 anos.

Analizamos também, a origem dos deputados de acordo com a naturalidade, a partir da divisão das quatro regiões⁸ do estado, sendo: Região Metropolitana (RM), Região Norte (RN), Região Sul (RS), Região Serrana (RSER) e Outros (indica origem em outro estado brasileiro). A tabela 2 mostra como se dá a distribuição de origem:

⁸ Essa divisão foi realizada pelos autores a partir das informações disponibilizadas pelo IBGE (2010) e elaboradas pelo Instituto Jones Santos Neves e disponível no site <http://www.es.gov.br> através do mapa de Macro regiões.

Tabela 2 – Região de origem de acordo com a naturalidade dos deputados estaduais da ALES⁹

Região de origem	17ª Legislatura (2011-2014)		18ª Legislatura (2015-2018)	
	N	%	N	%
RM	7	23,3	12	40,0
RN	9	30,0	7	23,3
RS	6	20,0	6	20,0
RSER	1	3,3	2	6,7
Outro	7	23,3	2	6,7
NI	-	-	1	3,3
Total	30	100,0	30	100

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

A origem dos deputados pode nos indicar os vínculos e interesses defendidos por eles, bem como suas prováveis bases eleitorais. Entretanto, devido os limites metodológicos desse trabalho, não foi possível verificar a correlação entre naturalidade do deputado e distribuição dos votos.

Ao observar a tabela 2 pode-se perceber que houve uma pequena mudança em relação a representatividade dos deputados de acordo com a região. Enquanto na 17ª legislatura a Região Norte foi destaque em número de representantes eleitos, na legislatura seguinte a Região Metropolitana aumentou o número de deputados eleitos.

Na tabela 3 observa-se o grau de escolaridade dos Deputados Estaduais capixabas.

⁹ Divisão Regional de acordo com as cidades: 1) Região Metropolitana – Vitória, Cariacica, Vila Velha, Viana, Guarapari, Serra e Fundão; 2) Região Norte: São Gabriel da Palha; Linhares, Colatina, Pinheiros, Barra de São Francisco, Pancas, Baixo Guandu e Rio Bananal; 3) Região Sul: Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Anchieta, Mimoso do Sul, Alegre; 4) Região Serrana: Afonso Cláudio; Santa Leopoldina, Domingos Martins; 5) Outros: cidades fora do Estado do Espírito Santo. Deve-se ressaltar que foram citadas somente as cidades que apontadas como de origem dos representantes, excluindo-se os demais municípios do Estado que contêm o total de 78 municípios.

Tabela 3 – Escolaridade dos Deputados Estaduais da ALES

Grau de Escolaridade	17ª Legislatura (2011-2014)		18ª Legislatura (2015-2018)	
	N	%	N	%
Ensino Médio completo	2	6,7	3	10
Ensino Médio incompleto	1	3,3	-	-
Superior completo	24	80,0	26	86,7
Superior incompleto	1	3,3	1	3,3
NI	2	6,7	-	-
Total	30	100	30	100

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Não houve grandes divergências quanto à escolaridade dos deputados estaduais nas duas legislaturas destacadas. Os dados apresentados aqui corroboram com outras pesquisas, que analisaram o perfil dos representantes no âmbito nacional e apontam o alto grau de escolaridade entre os deputados (Rodrigues, 2002 e 2014). Os resultados também corroboram achados de pesquisas realizadas sobre o perfil sócio econômico dos parlamentares capixabas (Pratti, 2013).

Relacionado ao capital social, cultural e econômico temos a categoria profissão/ocupação. O exame dessa variável permite identificar o grupo social e econômico do qual o representante faz parte, bem como pode indicar possíveis interesses a serem defendidos pelo legislador. A tabela 4, indica a distribuição da profissão entre os legisladores:

Tabela 4 – Profissão dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Profissão	17ª legislatura (2011-2014)		18ª legislatura (2015-2018)	
	N	%	N	%
Administrador	1	3,3	2	6,7
Advogado	-	-	2	6,7
Agente Administrativo	1	3,3	-	-
Agricultor	1	3,3	-	-
Aposentado	2	6,7	-	-
Bancário	1	3,3	-	-
Cientista Político	1	3,3	-	-
Comerciante	1	3,3	1	3,3
Deputado	11	36,7	10	33,3
Empresário	1	3,3	1	3,3
Engenheiro	1	3,3	-	-
Profissional da Comunicação ¹⁰	1	3,3	1	3,3
Médico	2	6,7	3	10
Policial	-	-	2	6,7
Produtor Agropecuário	1	3,3	-	-
Professor ¹¹	-	-	2	6,7
Religioso ¹²	-	-	1	3,3
Servidor Público Estadual	2	6,7	-	-
Servidor Público Federal	1	3,3	-	-
Vereador	2	6,7	3	10
NI	-	-	2	6,7
Total	30	100,0	30	100

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

É relevante notar que a profissão deputado estadual é a que aparece em maior número em ambas legislaturas. Isso demonstra não só a profissionalização do legislador no cargo, do mesmo modo que revela a política como profissão (Weber, 2006). Caso a categoria profissional “vereador” seja

¹⁰ Consideramos como Profissional da Comunicação: radialistas, apresentadores de TV e jornalistas.

¹¹ Nesta categoria surgiu um professor de ensino médio e um professor de ensino superior. Apesar dos recursos disponíveis por cada um deles possivelmente serem diferentes, consideramos que a atividade educacional no geral é o fim último de ambos como profissionais.

¹² Verificamos aqui a existência de dois religiosos: um padre e um pastor. Porém, como usamos para a coleta de dados a fonte do registro de candidaturas disponível no site do TSE, o candidato que identificamos como pastor não declarou esta atividade como profissão/ocupação. Portanto aqui consideramos para fins estatísticos e metodológicos somente como profissional da religião um único deputado.

agregada como “profissional da política” juntamente com “deputado”, o quantitativo de políticos profissionais presentes no período tem um leve aumento no total geral das profissões identificadas dentre os representantes da ALES.

A dimensão institucional é importante para o desenvolvimento das carreiras políticas. No Brasil, só é possível concorrer a cargos eletivos, se o candidato estiver vinculado a um partido político. A identificação da distribuição dos partidos nas cadeiras disponíveis para ocupação na ALES, pode apontar para as ideologias políticas que serão defendidas maneiras de comportamento dos deputados de acordo (ou não) com a bancada e diretrizes do partido. Identificou-se a seguinte composição partidária na Assembleia Legislativa do Espírito Santo:

Tabela 5 – Distribuição Partidária na ALES

Partidos	17ª Legislatura (2011-2014)		18ª Legislatura (2015-2018)	
	N	%	N	%
DEM	5	16,7	2	6,7
PDT	4	13,3	2	6,7
PEN	-	-	1	3,3
PMDB	5	16,7	4	13,3
PMN	-	-	1	3,3
PP	-	-	2	6,7
PPS	1	3,3	2	6,7
PR	4	13,3	1	3,3
PRP	2	6,7	3	10
PRTB	-	-	1	3,3
PSB	2	6,7	2	6,7
PSD	-	-	1	3,3
PSDB	-	-	2	6,7
PT	4	13,3	3	10
PTC	-	-	1	3,3
PTB	1	3,3	-	-
PV	2	6,7	1	3,3
SD	-	-	1	3,3
Total	30	100,0	30	100
Partido do Governador do Estado	PSB		PMDB	
Partido do Presidente da República	PT		PT	

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppin Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89

Uma modificação em relação à distribuição dos representantes legislativos de acordo com o partido na ALES foi a presença de novas legendas que passaram a compor o cenário institucional. Enquanto na 17ª legislatura houve 10 congregações partidárias representadas, na 18ª legislatura esse número aumentou para 17 partidos. Uma das possíveis consequências com essa mudança é o funcionamento institucional. Um maior número de partidos aponta maior discrepância quanto a ideologias e políticas a serem perseguidas. Dessa maneira o custo da negociação entre os parlamentares com comissões, Mesa Diretora e Executivo Estadual tende a ser maior devido à diversidade de interesses que podem surgir.

No período 2011-2014 há um equilíbrio maior entre as forças partidárias representadas: DEM, PMDB, PDT, PR e PT ocuparam juntos 22 vagas, das 30 disponíveis para deputado estadual, sendo que o número de representantes de cada um desses partidos varia de 5 a 4, o que possibilita um equilíbrio entre as forças diferentes em disputa. No período posterior, decorrente do pleito de 2014, é notável a pulverização dos partidos na ALES. O PMDB na 18ª legislatura destaca-se quanto ao número de representantes, seguem-se a ele o PRP e o PT, porém essas legendas perderam representantes de uma legislatura para outra.

Destacamos no final da tabela 5 qual é a dinâmica partidária nos poderes executivo estadual e federal. Fizemos isso com o objetivo de tentar perceber se existe um alinhamento entre as forças partidárias nestes níveis de poder. Assim, em nível estadual, é possível identificar alguma convergência entre o Poder Executivo e Legislativo, principalmente na última legislatura analisada em que o partido do governador tem maior número de representantes na ALES.

As próximas observações que faremos dizem respeito ao patrimônio dos deputados estaduais eleitos nos dois períodos elencados. Indicar os valores do patrimônio dos representantes aponta para a dimensão do capital econômico

disponível e como ele pode ser empregado na disputa pelo poder. Rodrigues (2014) salienta:

A massificação das disputas eleitorais, especialmente em países de grande eleitorado como o nosso, eleva extraordinariamente o preço da luta pelo poder. Focalizando apenas essa variável, campanhas cada vez mais caras dificultariam a ascensão política dos mais pobres e favoreceriam os mais ricos (Rodrigues, 2014, p. 117).

Também pode sugerir o pertencimento de classe social dos deputados. As tabelas 6, 7 e 8 mostram os valores, em moeda corrente, dos recursos materiais disponíveis indicados pelos eleitos no cadastro de candidatura do TSE:

Tabela 6 - Classificação Patrimônio por valores em Reais¹³

Faixas	Valores em reais	17ª Legislatura (2011-2014)		18ª Legislatura (2015-2018)	
		N	%	N	%
Faixa 1	Menos de 100 mil	2	6,7	3	10
Faixa 2	Entre 101 mil e 400 mil	10	33,3	13	43,3
Faixa 3	Entre 401 mil e 800 mil	13	43,3	4	13,3
Faixa 4	Entre 801 mil e 1 milhão	1	3,3	2	6,7
Faixa 5	Entre 1,1 milhão e 3 milhões	2	6,7	3	10
Faixa 6	Mais de 3 milhões	-	-	1	3,3
	NI	2	6,7	4	13,3
Total		30	100	30	100

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

¹³ Os valores apresentados não foram deflacionados.

Tabela 7 - 17ª Legislatura (2011-2014) – Mínimo e Máximo Patrimônio¹⁴

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média
Patrimônio	28	71.305,38	2.277.284,00	14.677.434,58	524.194,09
N válido (de lista)	28				
NI	2				
Total	30				

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Tabela 8 - 18ª Legislatura (2015-2018) – Mínimo e Máximo Patrimônio¹⁵

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média
Patrimônio	26	17.000	3.998.182	17.529.118	674.196,84
N válido (de lista)	26				
NI	4				
Total	30				

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

Na tabela 6, classificamos o patrimônio em faixas de valores para hierarquizar a riqueza do grupo. Pode-se observar que as faixas 2 e 3 são nas duas legislaturas, as que concentram a maior parte dos deputados. Na 18ª legislatura a maior parte é concentrada na faixa 2, enquanto na 17ª existe uma equiparação entre as faixas de 2 e 3. Apesar dessa última apresentar um maior número de deputados, na faixa 3, na média geral, se observa o aumento do patrimônio médio dos deputados na 18ª legislatura.

Nas tabelas 7 e 8, verificam-se os valores mínimos e máximos dos patrimônios, a média e a soma total. Na tabela 7, a diferença entre o valor mínimo e máximo são menores quando comparados com a tabela 8, o que demonstra maior equilíbrio de capital econômico entre parlamentares, isso pode indicar origem em uma mesma classe social¹⁶, ou seja, é provável que exista mais proximidade de indivíduos do mesmo grupo social na 17ª legislatura.

¹⁴ Os valores apresentados não foram deflacionados.

¹⁵ Os valores apresentados não foram deflacionados.

¹⁶ Devido aos limites desse trabalho não vamos vincular patrimônio com origem de classe social dos deputados estaduais. Aqui o objetivo é esquadrihar um perfil econômico dos representantes.

A tabela 8 mostra uma diferença bem maior entre o patrimônio mínimo e o máximo. Também demonstra um aumento considerável no patrimônio dos deputados. Porém, esse aumento não se deve a um maior número de deputados terem a renda numa mesma faixa, mas devido ao aumento de representantes nas faixas mais ricas, correspondentes as faixas 5 e 6. Na 18ª legislatura 4 deputados estão inseridos nessa faixa, o que indica o aumento das classes mais ricas na composição parlamentar da ALES.

O último item a ser analisado neste trabalho é a questão da reeleição. Aqui duas vertentes importam para pensar a classe política e a instituição. A primeira é de que a reeleição permite a profissionalização dos deputados e, conseqüentemente, o desenvolvimento do *seniority*. A outra está ligada a consolidação da instituição e sua capacidade de absorver/barrar *outsiders* na ALES, contribuindo para a permanência de uma oligarquia nessa esfera do poder.

Para Polsby (2008), a profissionalização dos parlamentares assinala o grau de institucionalização do legislativo. Carreiras políticas consolidadas na arena do legislativo tornam seus membros mais experientes no que diz respeito às atividades próprias da instituição, isto é, o parlamentar, ao manter-se no cargo, incorpora determinadas práticas que permitem sua permanência na arena legislativa e, ao mesmo tempo, impede a ascensão de *outsiders*, dificultando dessa maneira o *turnover*. Ainda assim, a taxa de renovação no parlamento é alta, visto que poucos membros são realmente profissionalizados.

Tabela 9 – Reeleição na ALES

	17ª legislatura (2011-2014)		18ª legislatura (2015-2018)	
	N	%	N	%
Não	19	63,3	20	66,7
Sim	11	36,7	10	33,3
Total	30	100,0	30	100

Fonte: Elaboração realizada pelos autores a partir dos dados coletados no site do TSE

A tabela 9 demonstra que a maior parte dos deputados não se reelegeram. Da 16^a legislatura para a 17^a somente 11 o conseguiram, o que equivale a 36,7% do total de vagas oferecidas. Comparando a reeleição na passagem da 17^a legislatura para a 18^a, observamos uma pequena diminuição nesse número: somente 10 deputados se reelegeram. A partir destas informações pode-se perceber que na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em função da baixa taxa de reeleição no período 2010-2014, não há uma tendência clara à profissionalização dos deputados estaduais.

Deve-se ressaltar que o fato do número de reeleitos ser pouco expressivo (menos de 50%) não significa que os novatos sejam realmente novatos nesse espaço institucional. Pode ocorrer de alguns deputados terem se afastado do cargo para ocupar outros cargos eletivos disponíveis e retornarem ao parlamento estadual.

Contudo, o número de novatos pode nos indicar tanto a ascensão de novas elites na esfera de poder, como a construção de carreiras políticas pautada em ambições do tipo progressiva (Schlesinger, 1966; Leoni e Pereira, 2003). Este último aspecto é favorecido pelo arranjo institucional brasileiro pautado no federalismo, presidencialismo e na representação proporcional de lista aberta, cuja estrutura permite diversas combinações de carreira política devido a significativa oferta de cargos (Borchert, 2004; Pergurier, 2009). Sendo assim, como sugere Pratti (2013), a questão da profissionalização na carreira política está ligada com a estabilidade do recrutamento, sendo que a observação da movimentação dos parlamentares na ALES permite verificar diferentes estruturas institucionais de oportunidades, oferecidas pelo sistema político.

4. Considerações finais

A proposta deste artigo foi observar se houve mudanças no perfil social e econômico da elite política legislativa estadual do Espírito Santo, com a passagem de legislatura, decorrente do pleito de 2014.

Entendemos como elite política aqueles indivíduos que possuem determinadas qualidades e características capazes de proporcionar maiores chances de exercer a atividade e profissão política. Da mesma forma, podem fazer parte dessa elite política àqueles indivíduos capazes de influenciar nas decisões de impacto coletivo.

Em pesquisas anteriores sobre o perfil de representantes em outras Assembleias Legislativas no Brasil foram observados alguns aspectos que condizem com o perfil observado para os legisladores do Espírito Santo. Lourenço (2016) analisa o perfil dos deputados estaduais do Mato Grosso onde evidencia que, no tocante à profissão, 24,34% dos eleitos no período entre 1947-2007 são oriundos do Direito. Ainda relativo ao perfil dos representantes nas Assembleias Legislativas, o trabalho de Dufloth et al (2013) apontam que os legisladores eleitos entre 1998 e 2010 apresentam como características gerais a maioria masculina, com média de 50 anos, com ensino superior completo e ter por profissão/ocupação declarada a atividade política. Tais características, se assemelham, em certa medida, ao caso da ALES, para o período estudado.

Nesta mesma linha argumentativa, autores como Resende e Cantu (2009), ao analisarem o perfil dos eleitos para a Assembleia Legislativa do Paraná entre 1998-2006 constataam a baixa representação feminina entre os legisladores (somente 12,1%) e observam que a assembleia paranaense “(...) é lugar de políticos profissionais” (Resende e Cantu, 2009, p.17). Os autores verificaram que aqueles que declararam sua profissão como políticos, tiveram maior chance de se eleger. Essa chance aumentava ainda mais quando o eleito já havia ocupado o cargo anteriormente.

Ao analisar as variáveis adotadas para este trabalho podemos apontar alguns direcionamentos sobre o perfil social e econômico dos deputados estaduais do Espírito Santo. Temos assim, de maneira generalizada:

- I. Representantes predominantemente do sexo masculino, com idade média entre 49,87 anos e 51,63 anos, com grau de escolaridade no ensino superior completo e oriundos, em sua maioria, de regiões fora da Região Metropolitana da Grande Vitória.
- II. Uma parte significativa dos eleitos nas legislaturas analisadas consideram como profissão ser “deputado estadual”. Se observarmos o número de parlamentares que exercem essa profissão converge com o número de deputados reeleitos nos pleitos. Sendo 11 para a 17ª legislatura e 10 para a 18ª legislatura. O político profissional aparece ainda como profissão de destaque quando alguns consideram ser “vereador” sua profissão.
- III. Em relação a representação partidária houve uma fragmentação das legendas representadas. Enquanto na 17ª legislatura contava-se com 10 partidos representados, na 18ª legislatura esse número saltou para 17, sendo que nenhum possui um número de deputados que domine a instituição.
- IV. Em relação ao patrimônio percebe-se um aumento nas posses dos deputados. Essa diferença se dá devido à entrada de atores com renda maior na 18ª legislatura.
- V. No que diz respeito à reeleição, pode-se notar um baixo índice de profissionalização dos deputados e, portanto, de *seniority* (menor que 50%). Por outro lado, observa-se a entrada de novos atores. Entretanto, não podemos afirmar, neste momento, que estes novos

deputados não tenham tido experiência anterior no cargo, entretanto aqui deve-se enfatizar que não houve desenvolvimento do *seniority*.

Se por um lado, percebe-se uma baixa reprodução das elites parlamentares no poder via reeleição e poucas diferenças no perfil social e econômico dos deputados eleitos nas duas legislaturas, não é possível afirmar que houve uma circulação de elites no poder ou a ascensão de um novo grupo ao poder. As mudanças foram sutis nas características dos deputados e indicam que os indivíduos que conseguem se eleger e manter-se no cargo de deputado provém do mesmo grupo social. Assim, após a análise de algumas características dos deputados estaduais do Espírito Santo nas duas últimas legislaturas não podemos afirmar que houve mudanças significativas no perfil social e econômico dessa elite.

Por fim, vale lembrar que, por ser uma pesquisa de caráter exploratório, os achados aqui devem ser contrapostos com a incorporação de novos dados e variáveis para possibilitar investigações posteriores sobre a elite política legislativa estadual que não foram possíveis de serem averiguadas neste momento.

Referências

BERTHOLINI, Frederico; FAJARDO, Bernardo de Abreu Guelber; LIMA, Diego de Faveri Pereira; PEREIRA, Carlos (2012). “Padrão de carreira nas Assembleias Estaduais no Brasil: Em busca das conexões eleitorais em nível subnacional”. V *Encontro da Divisão de Administração Pública: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração*. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG4_34.pdf. Acesso em: 24/02/2015.

BORCHERT, Jens. (2009). *Ambition and Opportunity in Federal Systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States*. Frankfurt (Germany): University of Frankfurt.

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppin Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89

DUFLOTH, Simone Cristina (Coord.) (2013). *Análise do Perfil dos Representantes Eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras*. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte. Disponível em:

<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2013/134-analise-do-perfil-dos-representantes-eleitos-nas-assembleias-legislativas-brasileirasnova-publicacao/file> . Acesso em: 03/05/2015

GRYNSZPAN, Mário (1999). *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

GRYSZPAN, Mário; GRILL, Igor (2011). “Elites: recurso e legitimação”. *Revista Pós Ciências Sociais*. Volume 8, número 15, pp. 9-14. (Dossiê Elites). Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/574>. Acesso em 02/12/2015

HOLLANDA, Cristina Buarque (2011). *Teoria das Elites*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

IBGE.(2010). *Censo Demográfico*. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=sinopse_censode_mog2010 . Acesso em 25/03/2016

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio (2003). “Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreira na Câmara de Deputados do Brasil”. *Opinião Pública*. Volume IX, número 1, pp. 44-67. Disponível em: http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/revistas_artigos.php?rev=11 .Acesso em: 23/09/2013

LOURENÇO, Alexandra (2016). “O recrutamento das elites políticas em Mato Grosso, 1945-2007”. 7º *Seminário Nacional de Sociologia e Política: Instituições e democracia na América Latina*.

MICHELS, Robert (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston (1987). *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. São Paulo: Ed. Nova Cultura Ltda, 1996.

PARETO, Vilfredo; RODRIGUES, José Albertino (1984). *Vilfredo Pareto: Sociologia*. São Paulo: Ática (Grandes cientistas sociais; 43).

PEGURIER, Fabiano José Horcades (2009). *Carreiras políticas e a Câmara de Deputados Brasileira*. Tese em Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

PERISSIONOTO, Renato (2009). *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex.

POLSBY, Nelson W. “A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos”. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Gustavo Rinaldi Althoff. *Revista de Sociologia Política*. Volume 16, número 30, p. 221-251. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13862>. Acesso em 16/01/2012.

PRATTI, Luana Puppín, (2013). *Perfil Social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do Legislativo Estadual capixaba, 1986-2010*. Dissertação em Sociologia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

RESENDE, Roberta Carnelos; CANTU, Rodrigo (2009). “Performance eleitoral e perfis: análise da Assembleia Legislativa do Paraná (1998-2006)”. 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: Gt 18 Elites e Instituições políticas. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt18-24/1971-robertacarnelos-performance/file> . Acesso em 04/06/2015

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, Ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa sociais. (Biblioteca virtual de Ciências Humanas).

RODRIGUES, Leôncio Martins (2014). *Pobres e Ricos na luta pelo poder: Novas elites na política brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro: Topbooks.

SCHLESINGER, Joseph (1966). *Ambition And Politics: Political Careers In The United States*. Chicago: Rand McNally.

SCHUMPETER, Joseph Alois. (1983). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar.

WEBER, Max (2006). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.

Recebido em: 25/06/2016
Aprovado em: 22/11/2016

Perfil Socioeconômico dos Legisladores Subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo | Luana Puppín Pratti, Karina Melo Pessine, Mauro Macedo Campos | 65-89